

BBD Participações S.A.

CNPJ 07.838.611/0001-52
Sede: Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. às Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Sociedade registrou Lucro Líquido de R\$ 562.872 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 6.846.255 mil.

Ativos Totais de R\$ 9.031.646 mil e deliberou aos acionistas o montante de R\$ 184.000 mil a título de Juros sobre o Capital Próprio.

Colocamos-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil				
Ativo	Nota	2024	2023	
Circulante:		1.006.609	1.060.270	
Caixa e Equivalentes de Caixa	6	791.243	735.582	
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos a Receber	16a	209.080	326.688	
Tributos a Compensar ou a Recuperar	17b	16.286	-	
Não Circulante:		8.025.037	7.726.882	
Realizável a Longo Prazo:		462.541	462.541	
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	7	299.716	268.149	
Depósitos Judiciais	11b	439.958	360.580	
Tributos a Compensar ou a Recuperar	17b	44.224	53.812	
Investimentos:	8	7.241.129	7.044.541	
Total do Ativo:		9.031.646	8.787.152	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil				
	Nota	2024	2023	
Receitas Operacionais:		578.873	570.946	
Resultado de Equivalência Patrimonial	8	578.873	570.946	
Despesas Operacionais		(34.358)	(45.943)	
Despesas Tributárias	13	(34.194)	(45.789)	
Despesas Gerais e Administrativas	14	(164)	(154)	
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras Tributação e dos Tributos:		544.515	525.003	
Resultado Financeiro:	15	36.530	(201.531)	
Receitas Financeiras		14.613	141.333	
Despesas Financeiras		(138.063)	(402.664)	
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		581.045	263.472	
Imposto de Renda e Contribuição Social	17	(18.173)	-	
Lucro Líquido do Exercício		562.872	263.472	
Número de ações por mil		355.945	355.945	
Lucro líquido por lote de mil ações em R\$	12b	1,58	0,74	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil				
	2024	2023		
Lucro Líquido do Exercício	562.872	263.472		
Rens que podem ser Subsequentemente Reclassificados para o Resultado				
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	(136.438)	82.967		
Ajuste de Avaliação Patrimonial - Coligações e Controladas	(138.108)	82.967		
Ajuste a Valor Justo - Ativos Financeiros	(500)	646		
Efeito dos Impostos	170	(220)		
Total do Resultado Abrangente do Exercício	426.434	346.439		

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil				
Eventos	Capital Social	Ações em Tesouraria	Reserva de Capital - Resultado no Venda de Ações	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.840.000	(1.429.764)	153.915	
Aumento do Capital Social com Reservas	100.000	-	-	
Aumento do Capital Social	2.700.000	-	-	
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	
Ajuste de Instrumentos Financeiros	-	-	-	
Resultados Abrangentes do Exercício	-	-	-	
Aquisição de Ações em Tesouraria	-	(744.695)	-	
Alienação de Ações em Tesouraria	-	591.876	(148.425)	
Destinações - Reservas	-	-	-	
- Dividendos Pagos	-	-	-	
- Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	5.140.000	(1.582.583)	5.490	
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	
Ajuste de Instrumentos Financeiros	-	-	-	
Resultados Abrangentes do Exercício	-	-	-	
Aquisição de Ações em Tesouraria	-	(494.173)	-	
Alienação de Ações em Tesouraria	-	540.270	(5.490)	
Destinações - Reservas	-	-	-	
- Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2024	5.140.000	(1.536.496)	-	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A BBD Participações S.A. ("Sociedade") é uma empresa que tem por objeto exclusivo a participação no Capital Social do Banco Bradesco S.A. ("Bradesco"), da Bradespar S.A. ("Bradespar") e de outras sociedades que detêm, direta ou indiretamente, parcelas do Capital Social dasquelas Instituições.

2) POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As demonstrações financeiras da Sociedade foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2024. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.

2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

A Sociedade adotou a opção prevista no CPC 36 que dispensa a apresentação de demonstrações financeiras quando uma entidade é controlada de outra entidade que divulga demonstrações financeiras consolidadas, e quando acionistas deliberam pela adoção dessa opção. Assim sendo, não estão sendo apresentadas demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Sociedade conseguirá cumprir suas obrigações conforme os prazos contratuais.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Administração em 27 de março de 2025.

2.2) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Sociedade atua, que é o Real (R\$). As demonstrações estão sendo apresentadas em milhares de reais.

2.3) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e as aplicações financeiras, que são prontamente convertíveis em caixa ou possuem prazo igual ou inferior 90 dias, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

2.4) Ativos Financeiros

A Sociedade classifica seus ativos financeiros sob as categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (Liquido); e (iii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VORA - Patrimônio Líquido).

• Mensurados ao custo amortizado

São ativos financeiros mantidos dentro do modelo de negócios, cujo propósito seja o de receber os seus fluxos de caixa contratuais, e os seus termos contratuais deem origem, exclusivamente, a pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método de juros efetivos. O valor contábil bruto é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no reconhecimento é reconhecido no resultado.

• Mensurados ao valor justo por meio do resultado (VIR)

Os ativos financeiros mensurados a VIR são reconhecidos e inicialmente mensurados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado, incluindo juros ou receita de dividendos.

São ativos mantidos pela Sociedade com o propósito de negociá-los no curto prazo ou mantê-los como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições, ou eventualmente, aqueles ativos que não atendem ao teste SPPI (Solely Payment of Principal and Interest). Os instrumentos financeiros derivativos, também, são classificados como VIR.

Teste SPPI O objetivo deste teste é avaliar os termos contratuais dos instrumentos financeiros para determinar se são origem a fluxos de caixa em datas específicas que se enquadram como somente pagamento de principal e juros sobre o montante principal.

• Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VORA)

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado em contrapartida a outros resultados abrangentes, não tendo impacto no valor contábil bruto do ativo.

• Metodologia de apuração do valor de mercado

O valor de mercado dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação dos preços cotados para ativos ou passivos similares, preços cotados em mercados não ativos ou outros dados, que são observáveis no mercado, incluindo, mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida patrimonial e taxas de câmbio para, substancialmente, todo o prazo dos ativos ou passivos.

2.5) Determinação do valor justo

O valor justo dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preços de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

As aplicações em fundos de investimento são avaliadas com base no valor da cota divulgada pelo Administrador do fundo investidor, que reflete o valor de mercado dos investimentos que compõem a carteira do respectivo fundo.

2.6) Investimentos

Os investimentos em Sociedades controladas e coligadas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional.

São classificados como controladas as entidades sobre as quais a Sociedade exerce controle, ou seja, quando detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda ser considerada a Sociedade possuidora de direitos indiretamente, por meio de acordos de compartilhamento de decisões operacionais de determinadas entidades para obter benefícios em suas atividades, mesmo que a porcentagem que detém sobre o seu capital próprio for inferior a 50%. A existência e o efeito de potenciais direitos a voto, que são atualmente exercíveis ou convertíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Sociedade controla outra entidade. As coligadas são aquelas entidades nas quais a Sociedade, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não o controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais.

O resultado das controladas e coligadas adquiridas ou vendidas durante os exercícios são incluídos nas demonstrações financeiras a partir da data efetiva de aquisição ou até a data em que o controle deixou de existir.

2.7) Agio (Goodwill)

O Agio (ou designio) é originado no processo de aquisição de controladas, coligadas e joint ventures. O Agio representa o excesso do custo de aquisição dos ativos financeiros e passivos identificáveis adquiridos de uma controlada e coligada na data da aquisição. O Agio originado na aquisição de controladas e coligadas é incluído no valor dos investimentos. Quando a diferença, entre o custo de aquisição e a participação da Sociedade sobre o valor justo dos ativos e passivos identificáveis, for negativo (ganho por compra vantajosa), este é reconhecido imediatamente no resultado como ganho na data de aquisição.

O Agio é testado anualmente e sempre que for observado um evento que cause a redução ao valor recuperável, comparando-se o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados de uma unidade geradora de caixa ao valor contábil, de seus ativos líquidos, incluindo o Agio atribuído e contabilizado ao custo deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável de Agio não podem ser revertidas. Ganhos e perdas auferidos na venda de uma entidade incluem o valor contábil do Agio relativo à entidade vendida.

2.8) Redução ao valor recuperável de ativos (Impairment)

Os ativos financeiros e instrumentos são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor recuperável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderem valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (impairment) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

A Sociedade avalia, ao final de cada exercício, se existem evidências objetivas de deterioração de seus ativos. Caso se confirme a existência de impactos nos fluxos de caixa pela deterioração de seus ativos e está podendo ser estimada de maneira confiável, reconhece no resultado a perda por impairment. Nos exercícios de 2024 e de 2023, não houve perda por impairment.

2.9) Provisões, ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há expectativas reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabam mais dúvidas, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de Agio é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apurados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas.

2.10) Patrimônio Líquido

a) Lucro por ação

A Sociedade apresenta dados de lucro por ação básico. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas da Sociedade pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias adquiridas pela Sociedade e mantidas em tesouraria. Não há fatores de diluição do "lucro".

b) Juros sobre o capital próprio/dividendos

A distribuição sobre Juros sobre o capital próprio e/ou dividendos para os acionistas da Sociedade é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição dos juros sobre o capital próprio/dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Sociedade.

2.11) Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem rendas sobre, certificados de depósitos Bancários, Letras Financeiras e demais ativos financeiros. As receitas de juros são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos.

2.12) Imposto de renda e contribuição social

Os ativos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e adições temporárias, são registrados na rubrica "Ativos Fiscais Diferidos" e as provisões para as obrigações fiscais diferidas são ajustadas a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, atualização de depósitos judiciais, dentre outras, são registrados na rubrica "Passivos Fiscais Diferidos".

Os ativos fiscais diferidos sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídas as adições temporárias. Os ativos fiscais diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais ativos fiscais diferidos são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída a alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%, quando aplicável. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes. A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos ativos fiscais diferidos, bem como os valores dos ativos fiscais diferidos não ativados, estão apresentados na Nota 17.

2.13) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre, e simultaneamente, quando se correlacionarem adequadamente, de recebimento ou pagamento. O resultado abrangente é apurado partindo do lucro líquido do período e incluindo os ajustes de avaliação patrimonial.

2.14) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base pro rata di) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base pro rata di).

2.15) Eventos subsequentes

Os eventos subsequentes ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Os eventos subsequentes, quando existirem, serão descritos no final das notas explicativas.

continua...

Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2 de

24/05/2007 que institui a Infraestrutura

de Chaves Públicas Brasileiras - ICP-Brasil

https://pki.dsf.csp.br/valor.com.br/valor.com.br

HASH: 1743118320f0208f0b9d9e4b7cb4df1f2326e063



Certificado por Editora Globo SA

04067191001060 Pub: 28/03/2025

A autenticidade deste documento

ou pelo link

https://pki.dsf.csp.br/valor.com.br/valor.com.br

BBD Participações S.A.

CNPJ 07.838.611/0001-52
Sede: Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

3) NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

a) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2024:

- Alterações do IFRS 16 (correlacionado ao CPC 06) – Arrendamentos – As mudanças, emitidas em setembro de 2022, prevêm a adoção de requisitos sobre como uma entidade contabiliza uma venda de um ativo e arrenda esse mesmo ativo de volta (leaseback), após a data inicial da transação. Em resumo, o vendedor-arrendatário não deve reconhecer nenhum ganho ou perda referente ao direito de uso reido por ele. As alterações entraram em vigor em 1º de janeiro de 2024. Não foram identificados impactos na Sociedade.
- Apresentação das Demonstrações Financeiras (correlacionado ao CPC 26) – As alterações emitidas em outubro de 2022, visam melhorar as informações divulgadas sobre dívidas não correntes com covenants, para que os usuários das Demonstrações Financeiras entendam o risco de tais dívidas serem liquidadas antecipadamente. Não foram contempladas ainda, alterações que visam endereçar algumas preocupações levantadas por usuários das Demonstrações Financeiras, em função da aplicação das alterações sobre Correntes e Não Correntes, emitidas em 2020. As alterações entraram em vigor para períodos anuais a partir de 1º de janeiro de 2024, com aplicação antecipada permitida. Não foram identificados impactos na Sociedade.
- Alterações ao IAS 7 e ao IFRS 7 (correlacionado ao CPC 03 e CPC 40) – Demonstrações dos Fluxos de Caixa e Instrumentos Financeiros: Evidenciação – As alterações se referem à divulgação de informações sobre acordos financeiros com fornecedores que permitiu aos usuários das Demonstrações Financeiras avaliar seus efeitos sobre o passivo da entidade e os seus fluxos de caixa, além da sua exposição ao risco de liquidez. As alterações entraram em vigor para períodos anuais a partir de 1º de janeiro de 2024. Não foram identificados impactos na Sociedade.

b) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a períodos futuros:

- Efeitos das mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras – As alterações, emitidas em agosto de 2023, exigem que sejam fornecidas informações úteis e completas nas demonstrações financeiras de uma companhia quando uma moeda não puder ser convertida por outra. A norma estabelece que as companhias adotem uma abordagem uniforme ao avaliar a possibilidade de conversão entre moedas diferentes moedas, não sendo possível a conversão, deve-se determinar uma taxa de câmbio a ser utilizada e divulgar essa situação de forma adequada. Estas alterações entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025 e a Sociedade concluiu que não haverá impactos iniciais com a aplicação desta norma.
- IFRS 18 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras. A nova norma, emitida em abril de 2024 introduz novas exigências para melhorar a divulgação do desempenho financeiro das empresas, tais como: três categorias definidas para receitas e despesas – operacional, investimentos e financeiros – e novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional; divulgação de informações sobre indicadores específicos da empresa relacionados à demonstração de resultado, denominados medidas de desempenho definidas pela administração; orientações aprimoradas quanto à organização das informações e se elas devem ser fornecidas nas demonstrações financeiras primárias ou nas notas; maior transparência para as despesas operacionais e requisitos específicos sobre como as empresas, tais como bancos e seguradoras, classificam as receitas e despesas na categoria operacional. O IFRS 18 entrará em vigor em 1º de janeiro de 2027. A Sociedade está avaliando os impactos da nova norma.
- Novo IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública. A nova norma, emitida em maio de 2024, permite que as subsidiárias elegíveis utilizem as normas contábeis IFRS para divulgação reduzidas, o que reduzirá os custos de preparação das demonstrações financeiras dessas subsidiárias, mantendo, ao mesmo tempo, a utilidade da informação para os usuários de suas demonstrações financeiras. O IFRS 19 entrará em vigor em 1º de janeiro de 2027. A Sociedade está avaliando os impactos da nova norma.
- Emendas do IFRS 9 e IFRS 7 – Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros. As emendas, emitidas em maio de 2024, trazem esclarecimentos sobre a classificação de ativos financeiros com governança ambiental, social e corporativa (ESG) e características similares, além de abordar critérios sobre a liquidação de passivos através de sistemas eletrônicos de pagamento. Essas emendas entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026 e a Sociedade está avaliando os impactos dessas normas.
- Emendas do IFRS 9 e IFRS 7 – Contratos Referenciados à Eletricidade Dependente da Natureza. As emendas, emitidas em dezembro de 2024, visam melhorar a forma como as empresas relatam os efeitos financeiros dos contratos de eletricidade dependentes da natureza. Frequentemente estruturados como acordos de compra de energia (PPAs), as emendas incluem esclarecimentos da aplicação dos requisitos de “uso próprio”, permitindo a contabilidade de hedge se esses contratos forem usados como instrumentos de hedge e adicionam novas regras de divulgação para ajudar os investidores a entenderem o impacto desses contratos no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa das empresas. Essas emendas entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026, com a possibilidade de aplicação antecipada. A Sociedade está avaliando os impactos dessas normas.

8) INVESTIMENTOS

Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial bem como os valores dos investimentos estão demonstrados a seguir:

Empresas	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado
Nova Cidade de Deus Part. S.A. (“Nova Cidade”) (1) (3).....	13.900.000	27.758.448	2.268.845
Agio – Nova Cidade (4)			189.425
Total.....			2.458.270

- (1) Dados relativos às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024;
- (2) Considera os resultados apurados pelas investidas e Juros sobre o capital próprio deliberado com base no resultado do exercício no valor de R\$ 245.977 (2023 – R\$ 426.021). Incluindo variações patrimoniais das Investidas não decorrentes de resultado;
- (3) Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os principais ativos na Nova Cidade de Deus referem-se, basicamente, à sua participação acionária na Cidade de Deus (47,93%), Bradesco (10,14%) e na Bradespar (0,48%); e
- (4) O Agio está fundamentado na minervalia das ações.

a) O Agio está fundamentado na minervalia das ações.

Obrações por Recuperação de Ativos, no Passivo Circulante, no montante de R\$ 364.447 (2023 – R\$ 581.882) e no Passivo não Circulante, no montante de R\$ 620.986 (2023 – R\$ 436.339), referem-se ao saldo da aquisição de ações de própria emissão, mantidas em tesouraria.

10) OUTROS PASSIVOS

Referem-se, basicamente, a contrato de mútuo, acrescidos de 100% da variação do Depósito Interbancário – DI, dividido em sete parcelas a serem pagas anualmente, no montante de R\$ 584.641 (2023 – R\$ 632.763).

11) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis

A Sociedade é parte em processos judiciais, de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. Os principais processos referem-se a: (i) não inclusão, na base de cálculo do PIS e da COFINS, dos Juros sobre o Capital Próprio recebidos da Investida; e (ii) a não tributação das receitas financeiras. Os valores dos tributos relacionados aos passivos contingentes são apurados mensalmente, depositados em conta judicial e registrado na rubrica “Depósitos Judiciais”, no montante de R\$ 439.958 (2023 – R\$ 396.580). A Administração da Sociedade entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos.

A Sociedade não possui contingências civis e trabalhistas, classificadas como prováveis e possíveis, que deveriam ser provisionadas ou divulgadas, respectivamente, em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

c) Provisão para riscos fiscais

	2024	2023
No início do exercício.....	396.580	321.745
Atualizações monetárias.....	28.975	29.051
Constituição.....	14.405	45.784
No final do exercício.....	439.958	396.580

As provisões referentes às ações judiciais da Sociedade são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judicial brasileiro, razão pela qual não divulgamos a estimativa quanto ao cronograma de saída de benefícios econômicos.

d) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Sociedade mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como “autor” ou “ré” e amparado na opinião dos assessores jurídicos classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente, são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivado, se necessário, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Nos exercícios findos em 2024 e 2023, não houve processos contingentes avaliados com risco de perda possível.

12) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do Capital Social em ações

O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado no montante de R\$ 5.140.000 (2023 – R\$ 5.140.000), é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	2024	2023
Ordinárias.....	157.542.555	165.074.472
Preferenciais.....	196.568.099	196.070.445
Subtotal – Ações em circulação.....	354.110.654	361.144.917
Em tesouraria (ordinárias).....	64.202.316	56.670.399
Em tesouraria (preferenciais).....	24.989.127	30.689.781
Total do capital social em ações.....	443.305.097	448.505.097

b) Lucro por ação básico

O lucro do lucro por ação básico, tendo como base a quantidade de ações ordinárias e preferenciais em circulação, não havendo fatores de diluição do lucro, cujos cálculos estão demonstrados a seguir:

	2024	2023
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores.....	562.872	263.472
Número de ações em circulação (milhares).....	355.945	355.945
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas controladores (em Reais).....	1,58	0,74

c) Lucro por ação diluído

O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há instrumentos potenciais diluíveis.

d) Reservas de lucros

	2024	2023
- Reserva legal (1).....	186.056	1.579,31
- Reserva estatutária (1).....	3.052.824	2.740.637
Total.....	3.238.880	2.898.550

(1) A reserva legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social integralizado. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social; e

(2) A reserva estatutária visa à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, podendo ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado.

Em observância no que dispõe o artigo 192 da Lei nº 6.404/76, juntamente com as demonstrações financeiras, será apresentada proposta sobre a destinação do resultado a ser dada ao lucro líquido do exercício. Quando o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite exigido, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos (artigo 199).

e) Juros sobre o capital próprio e dividendos

Conforme disposição estatutária, as ações ordinárias estão asseguradas Juros sobre o capital próprio e/ou dividendos, que somados correspondem, no mínimo, a 3% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do Lei Societária.

As ações preferenciais não possuem direito a voto, mas conferem a seus detentores todos os direitos e vantagens das ações ordinárias, além da prioridade assegurada pelo Estatuto Social no reembolso do capital.

O cálculo dos dividendos e Juros sobre o capital próprio, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, está demonstrado a seguir:

	2024	% (1)	2023	% (1)
Lucro líquido do exercício.....	562.872		263.472	
Reserva legal.....	(28.143)		(11.414)	
Base de cálculo.....	534.729		252.058	
Dividendos pagos (2).....			28.400	
Juros sobre o capital próprio (bruto) (2).....	184.000		160.000	
Imposto de renda retido na fonte – 15% (3).....	(27.600)		(24.000)	
Total geral de Juros sobre o capital próprio (líquido).....	156.400	29,25	164.400	65,32

- (1) Percentual dos Juros sobre o capital próprio/Dividendos sobre a base de cálculo;
- (2) Juros sobre o capital próprio deliberados em 20 de junho de 2024, pago em 31 de janeiro de 2025 e 19 de dezembro de 2024 e ser pago em 30 de abril de 2025 e 31 de julho de 2025; e
- (3) Referência ao imposto de renda retido na fonte sobre JCP de R\$ 184.000 deliberados em junho e dezembro/24.

4) ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS RELEVANTES

A apresentação das demonstrações financeiras, em conformidade com os princípios de reconhecimento e mensuração pelos padrões de contabilidade emitidos pelo CPC, requer que a Administração da Sociedade formule julgamentos, estimativas e pressupostos que poderão afetar o valor dos ativos e passivos apresentados.

Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada período e nas ações que se planeja realizar, sendo permanentemente revistas com base nas informações disponíveis. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir à revisão nas estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir das estimativas.

As estimativas e os pressupostos significativos utilizados pela Administração da Sociedade estão assim apresentados:

Classificação e avaliação dos ativos financeiros

A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratuais do ativo financeiro. O tratamento contábil dos títulos que possuímos depende da respectiva classificação.

Estimamos o valor justo utilizando preços cotados de mercado, quando disponíveis. Observamos que o valor pode ser afetado pelo volume de ações negociadas e pode, também, não refletir os “prêmios de controle” resultantes dos acordos de acionistas. Entretanto, a Administração acredita que os preços cotados de mercado são os melhores indicadores do valor justo. Na determinação do valor justo, quando os preços cotados de mercado não estão disponíveis, há o julgamento da Administração, já que os modelos são dependentes de nosso julgamento com relação a que peso atribuir aos diferentes fatores e à qualidade das informações que recebemos. O julgamento deve determinar, inclusive, se um decréscimo no valor justo abaixo do custo atualizado de um título mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não é temporário, de maneira a exigir que seja possível reconhecer uma desvalorização do custo atualizado e que se possa refletir a redução como despesa. Para avaliar se uma desvalorização não é temporária, a Administração decide qual período histórico deve ser considerado e qual severa uma perda pode ser reconhecida. Esses métodos de avaliação podem levar a Sociedade a resultados diferentes, caso as suposições e estimativas utilizadas não se confirmarem posteriormente.

Provisões e passivos contingentes

As provisões são revisadas regularmente, e constituídas, sempre que a perda for avaliada como provável, levando-se em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais.

Reconhecimento de ativos fiscais diferidos

Disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.

5) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Sociedade não apresenta riscos significativos em suas operações próprias, exceto os riscos relacionados aos investimentos diretos/indiretos, do Banco Bradesco S.A. (“Bradesco”) e da Bradespar S.A. (“Bradespar”), os quais têm seu gerenciamento de risco de crédito, risco de mercado e risco de liquidez realizado pela Organização Bradesco (“Organização”), de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evoluto de controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

6) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2024	2023
Certificados de Depósitos Bancários – CDB Fácil Bradesco (1).....	781.243	733.582
Total.....	781.243	733.582

(1) Esta aplicação financeira foi avaliada pela Administração à luz do CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa e foi considerada como equivalente de caixa em função da sua essência que é o gerenciamento do caixa, inclusive contendo com resgates automáticos diários. Conforme consta na Nota 23, os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos.

7) ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

Referem-se a aplicação em Letras Financeiras Subordinadas emitidas pelo Banco Bradesco S.A. com vencimento em janeiro de 2025, classificados como Nível 3 do valor justo de R\$ 299.716 (2023 – R\$ 268.149), sendo o valor de custo atualizado de R\$ 299.569 (2023 – R\$ 267.503), e uma marcação a valor justo de R\$ 147 (2023 – R\$ 646).

	2024	2023
Quantidade de ações possuídas (em mil).....	189.425	26,07
Participação no capital social %.....	9,23%	9,23%
Total.....	7.231.903	7.035.116
Total.....	7.241.129	7.044.341

(1) Dados relativos às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024;

(2) Considera os resultados apurados pelas investidas e Juros sobre o capital próprio deliberado com base no resultado do exercício no valor de R\$ 245.977 (2023 – R\$ 426.021). Incluindo variações patrimoniais das Investidas não decorrentes de resultado;

(3) Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os principais ativos na Nova Cidade de Deus referem-se, basicamente, à sua participação acionária na Cidade de Deus (47,93%), Bradesco (10,14%) e na Bradespar (0,48%); e

(4) O Agio está fundamentado na minervalia das ações.

a) Ações em tesouraria

Até 31 de dezembro de 2024, foram adquiridas pelo custo médio de R\$ 172,123 (real), e permaneciam em tesouraria 64.202.316 (2023 – 56.670.399) ações ordinárias e 24.989.127 (2023 – 30.689.781) ações preferenciais, no montante de R\$ 1.536.486 (2023 – R\$ 1.582.583).

Em 2024, foram alienadas ações em tesouraria, pelo valor de R\$ 476.233 (2023 – R\$ 443.451), que gerou um prejuízo de R\$ 44.032 (2023 – Prejuízo de R\$ 148.425).

13) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	2024	2023
Contribuição à COFINS.....	28.463	37.863
Contribuição ao PIS.....	5.616	7.921
Outras.....	5	5
Total.....	34.114	45.789

14) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2024	2023
Serviços prestados por terceiros.....	101	107
Editoriais e publicações.....	143	47
Total.....	244	154

15) RESULTADO FINANCEIRO

	2024	2023
Receitas financeiras.....	104.058	100.208
Receitas sobre aplicações financeiras.....	28.975	29.051
Atualização monetária de depósitos judiciais.....	5.582	11.874
Outros.....	174.613	141.133
Total.....	213.228	252.266
Despesas financeiras.....	(67.391)	(297.448)
Variação monetária contrato de mútuo.....	(41.719)	(76.165)
Variação monetária de recompra de ações.....	(28.973)	(29.051)
Atualizações monetárias – passivos contingentes.....	(158.083)	(402.664)
Total.....	36.330	(261.531)

16) PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações.

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	2024	2023
Controlador (1).....	2024	2023
Coligadas (2).....	2024	2023
Pessoal-chave da administração.....	2024	2023
Outras partes relacionadas (3).....	2024	2023
Total.....	2024	2023
Ativos e equivalentes de caixa.....	-	-
Caixa.....	-	-
Letras financeiras.....	-	-
Juros sobre capital próprio a receber.....	-	-
Passivo.....	-	-
Juros sobre capital próprio a pagar.....	90.179	76.985
Obrigações por recompra de ações.....	-	-
Outros passivos.....	-	-
Receitas/Despesas com Juros sobre capital próprio.....	(106.993)	(90.571)
Receitas/Despesas com Juros sobre capital próprio.....	(90.571)	245.977
Receitas/Despesas com Juros sobre capital próprio.....	245.977	426.021
Receitas/Despesas com Juros sobre capital próprio.....	(77.907)	(68.429)
Total.....	18.688	1.455

a) A reserva legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social integralizado. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social; e

b) A reserva estatutária visa à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, podendo ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado.

c) Em observância no que dispõe o artigo 192 da Lei nº 6.404/76, juntamente com as demonstrações financeiras, será apresentada proposta sobre a destinação do resultado a ser dada ao lucro líquido do exercício. Quando o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite exigido, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos (artigo 199).

d) Juros sobre o capital próprio e dividendos

Conforme disposição estatutária, as ações ordinárias estão asseguradas Juros sobre o capital próprio e/ou dividendos, que somados correspondem, no mínimo, a 3% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do Lei Societária.

As ações preferenciais não possuem direito a voto, mas conferem a seus detentores todos os direitos e vantagens das ações ordinárias, além da prioridade assegurada pelo Estatuto Social no reembolso do capital.

e) O cálculo dos dividendos e Juros sobre o capital próprio, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, está demonstrado a seguir:

	2024	% (1)	2023	% (1)
Lucro líquido do exercício.....	562.872		263.472	
Reserva legal.....	(28.143)		(11.414)	
Base de cálculo.....	534.729		252.058	
Dividendos pagos (2).....			28.400	
Juros sobre o capital próprio (bruto) (2).....	184.000		160.000	
Imposto de renda retido na fonte – 15% (3).....	(27.600)		(24.000)	
Total geral de Juros sobre o capital próprio (líquido).....	156.400	29,25	164.400	65,32

- (1) Percentual dos Juros sobre o capital próprio/Dividendos sobre a base de cálculo;
- (2) Juros sobre o capital próprio deliberados em 20 de junho de 2024, pago em 31 de janeiro de 2025 e 19 de dezembro de 2024 e ser pago em 30 de abril de 2025 e 31 de julho de 2025; e
- (3) Referência ao imposto de renda retido na fonte sobre JCP de R\$ 184.000 deliberados em junho e dezembro/24.

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Luiz Carlos Tabaco Cappi

Vice-Presidente

Alexandre da Silva Güther

Membros

Denise Aguiar Alvarez

Maurício Machado de Minas

Octávio de Lazari Junior

Marcelo de Araújo Noronha

Cassiano Ricardo Scarpelli

DIRETORIA

Diretor-Presidente

Luiz Carlos Tabaco Cappi

Diretor Vice-Presidente

Alexandre da Silva Güther

Diretor

Maurício Machado de Minas

Aos Acionistas e Administradores da
BBD Participações S.A.
Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da BBD Participações S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BBD Participações S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de

Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2 de
24/08/2001, que institui a Infraestrutura
de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil
<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2025/03/28/BBD1381631628032025.pdf>
Hash: 1743118320f206f080de4b7cbd4fd1f237289d63

Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 28/03/2025
A autenticidade deste documento
pode ser conferida através do QR Code
ou pelo link



BBD Participações S.A.

CNPJ 07.838.611/0001-52

Sede: Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2025.



KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-027685/O-0 F-SP

Cláudio Rogério Sertório
Contador CRC 1SP212059/O-0